

INDICADORES SOCIAIS 2002

1991-2002

INE DÁ NOVO CONTRIBUTO PARA A LEITURA SOCIAL DE PORTUGAL

A partir desta data encontra-se disponível a publicação *Indicadores Sociais 2002*.

Os "*Indicadores Sociais*" têm na sua génese actualizar anualmente a informação disponibilizada na publicação quinzenal "*Portugal Social*", fornecendo aos utilizadores a necessária actualização das séries de indicadores inseridas naquela publicação.

A REALIDADE SOCIAL PORTUGUESA EM 2002

Apresentam-se, de seguida, alguns exemplos de leitura da informação contida nos onze capítulos da publicação *Indicadores Sociais 2002*.

Capítulo 1 - POPULAÇÃO

A população residente aumentou cerca de 3,3% entre 1996 e 2002 (sendo o crescimento de cerca de 0,8% face a 2001).

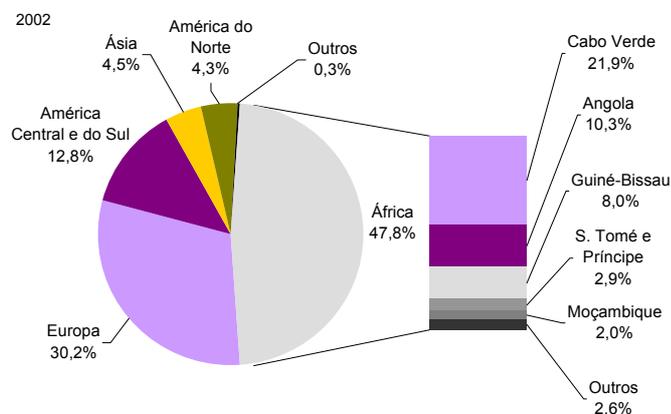
Os fluxos migratórios determinaram quase exclusivamente o crescimento demográfico. O Envelhecimento demográfico acentuou-se em 2002. Em 2002, o Alentejo continuava a apresentar a taxa de mortalidade mais elevada.

As taxas de fecundidade apresentaram, em 2002, um valor mais elevado no escalão etário dos 25 aos 29 anos. A esperança de vida aumentou, passando de 74,1 anos em 1991 para 77,1 em 2002.

A emigração aumentou, face a 2001, cerca de 33%, sendo a Europa a principal região de destino. A população estrangeira, com estatuto legal residente em Portugal, aumentou em 2002 aproximadamente 6,6%.



População estrangeira, com estatuto legal residente em Portugal



Fonte: INE - Estatísticas Demográficas

Capítulo 2 - FAMÍLIAS

Em 2002, continuou a aumentar o número de famílias, verificando-se um ligeiro decréscimo no número de famílias unipessoais.

O número de famílias com filhos aumentou mais que o número total de famílias.

Os casamentos com filhos anteriores ao casamento representavam em 2002, cerca de 17,1% do total de casamentos celebrados.

Observa-se uma diminuição no número de casamentos e um aumento no número de divórcios.

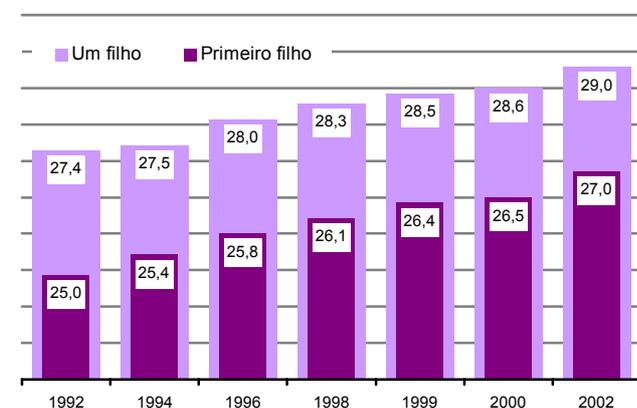
O número de famílias monoparentais aumentou cerca de 4,5%.

Continuaram a aumentar os nascimentos fora do casamento.

Idade média ao divórcio rondava os 40 anos.

Mantiveram-se os valores da taxa de viuvez (4,5‰).

Idade média (em anos), da mulher ao nascimento do primeiro filho e de um filho



Fonte: INE - Estimativas de População Residente

Capítulo 3 - EDUCAÇÃO

Em 2001, os fundos públicos destinados ao financiamento da educação cresceram 7,5% face ao ano anterior, representando 7% do PIB.

Em 2002, a taxa de pré-escolarização bruta¹ era de 73,5%.

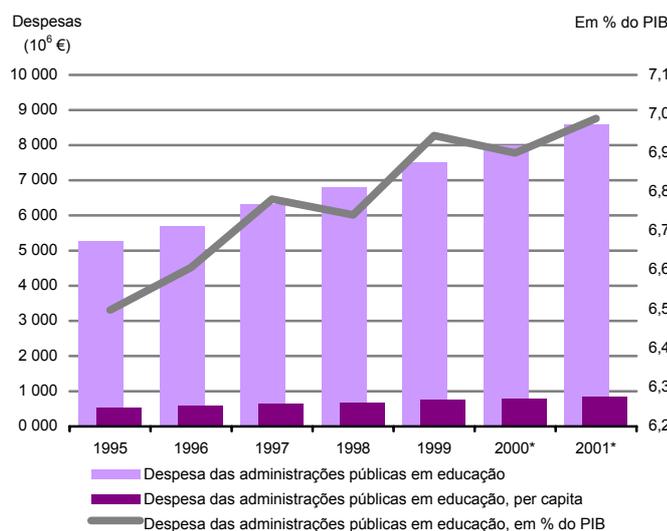
No ensino básico a população escolar diminuiu em 7737 alunos no ano de 2002, sendo que o ensino público perdeu cerca de 1% de alunos e o ensino privado assegurou a matrícula de mais 2,7% relativamente ao ano escolar anterior.

Continua a aumentar o número de estudantes matriculados no ensino superior, mais do que duplicando relativamente a 1990.

Em 2001, o número de diplomados pelo ensino superior aumentou cerca de 13% face ao ano anterior.

Em 2002, o número de doutoramentos reconhecidos em Portugal aumentou, sendo que mais de metade (58%) inseriam-se nas áreas científicas “Ciências da Engenharia e Tecnologias” e “Ciências Sociais e Humanas”.

Despesa pública em educação, per capita e em percentagem do PIB



* Dados provisórios

Fonte: INE - Contas Nacionais; Estimativas da População Residente

¹ Proporção de crianças a frequentar o ensino pré-escolar no total de crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos.

Capítulo 4 - EMPREGO, SALÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A população activa cresceu ininterruptamente entre 1998 e 2002.

Em 2002, acentuou-se a concentração do emprego no sector dos “Serviços”.

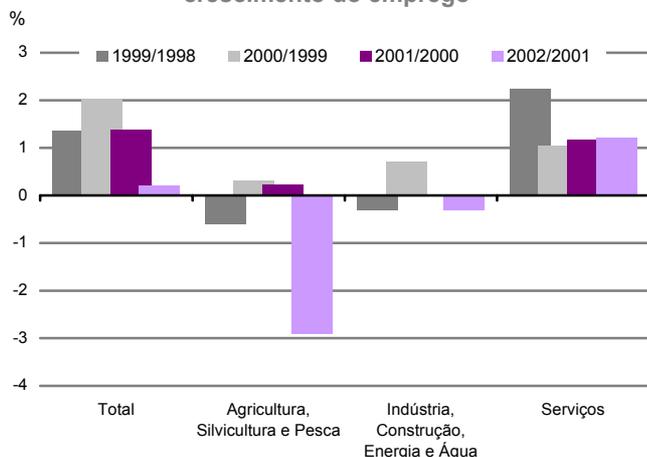
A população empregada apresentou ligeiro aumento nos níveis de habilitações escolares.

Aumentou a taxa de desemprego, sendo mais expressivo na população activa com idades compreendidas entre os 15 e os 34 anos.

Taxa de crescimento real do salário mínimo nacional diminui desde 1999.

Maior turbulência no mercado de trabalho em 2002: maior número de greves e de trabalhadores envolvidos, registando-se, em média, 306 trabalhadores por greve.

Contribuição de cada sector de actividade para o crescimento do emprego



Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

Capítulo 5 - SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

A preços constantes, as despesas totais em investigação e desenvolvimento (I&D) cresceram em média 7,5% ao ano entre 1990 e 2001.

Em 2001, existiam mais 18 471 indivíduos a exercer actividades de I&D do que em 1990. Em cada 1000 indivíduos activos, 3,4 eram investigadores a tempo integral.

Em 2002, mais de um quarto das famílias portuguesas - 28% - possuíam computador e 16% ligação à Internet.

De entre os indivíduos com 15 e mais anos, 25% utilizavam, em 2002, habitual ou ocasionalmente, o computador e 16,4% a Internet; o uso de computador e da Internet era feito maioritariamente pela população mais jovem e por estudantes.

A densidade telefónica do serviço móvel terrestre em Portugal era, em 2002, de 82,3%.

Em 2002, o número de assinantes dos serviços da televisão por cabo, aumentou cerca de 13% relativamente ao ano anterior.

Utilização de computador e de Internet, por grupo etário, nível de escolaridade, condição perante o trabalho e local de utilização

2002	Unidade: %		Unidade: %	
	Compu-tador	Internet	Compu-tador	Internet
Grupo etário			Condição perante o trabalho	
Total	25,0	16,4	Activos (total)	27,8
15-24 anos	55,4	38,6	Empregados	28,0
25-34	38,3	26,6	Desempregados	24,1
35-44	26,0	16,0	Inactivos (total)	20,4
45-54	17,9	10,2	Estudantes	79,6
55 e mais anos	4,2	2,2	Outros	3,4
				2,1
Nível de escolaridade			Local de utilização	
Total	25,0	16,4	Em casa	70,8
Até 3.º ciclo	14,0	7,5	No trabalho	51,2
Ensino secundário	70,1	51,0	Na escola	26,2
Ensino superior	79,8	64,2	Outro local	11,3
				12,5

Nota: os dados referem-se à população com 15 e mais anos.

Fonte: INE - Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias, 2002

Capítulo 6 - CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS

Em 2001, cerca de 82% dos agregados familiares portugueses afirmou ter fraca (ou não ter de facto) capacidade de poupança.

Lisboa e Vale do Tejo continuou, em 2001, a liderar regionalmente o PIB *per capita* e o rendimento disponível bruto das famílias *per capita*.

Educação continuou a ser, em 2002, a classe de consumo onde os preços no consumidor apresentaram o maior aumento.

Em 2001, cerca de 10% dos portugueses afirmou que a sua situação económica melhorou face ao ano anterior; cerca de 55% consideraram que a mesma se manteve.

Os portugueses, em 2001, estavam reticentes quanto à compra de bens que envolvessem quantias elevadas; apenas 5% consideravam o momento favorável.

Endividamento das famílias continuou a aumentar, atingindo em 2002, valores superiores ao total dos seu rendimento disponível (103%).

Montante dos contratos de concessão de crédito à habitação

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Total	3 015	3 695	4 923	6 945	10 474	11 988	10 456	9 866	11 724
Regime bonificado jovem e outros	1 498	1 978	2 892	4 260	6 678	6 028	4 422	4 251	4 287
Regime geral	1 517	1 717	2 031	2 686	3 796	5 961	6 035	5 615	7 437

Unidade: 10⁶ €

Fonte: Direcção Geral do Tesouro

Capítulo 7 - PROTECÇÃO SOCIAL

Em 2001, as despesas de protecção social superaram as receitas em cerca de 5%.

Função “Velhice e sobrevivência” cresceu 87% entre 1995 e 2001.

O montante despendido com a função “Saúde” registou um aumento de 73% entre 1995 e 2001.

Função “Família” registou um crescimento na ordem dos 74%, entre 1995 e 2001.

Em 2001, as prestações de protecção social no desemprego totalizaram cerca de 0,8% do PIB.

Função “Exclusão social” diminuiu de importância em 2001, apresentando um decréscimo de cerca de 4% relativamente ao ano anterior.

Continuou a aumentar a despesa em prestações de velhice/sobrevivência por activo, bem como por beneficiário.

O número de utentes e de prestações sociais asseguradas pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social continuou a crescer em 2001, em todas as funções.

Em 2001, o montante das pensões pagas pelos “Fundos de pensões” atingiu os 840 milhões de euros, representando mais do dobro do valor dos montantes pagos em 1995.

Prestações de protecção social, por grupo de funções em percentagem do PIBpm a preços correntes

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Total	18,0%	19,1%	18,9%	19,3%	19,8%	20,5%	21,0%
Saúde (Doença e Invalidez)	8,1%	8,4%	8,5%	8,6%	8,8%	9,2%	9,1%
Velhice e Sobrevivência	7,8%	8,5%	8,4%	8,5%	8,9%	9,2%	9,6%
Família	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,1%	1,2%
Desemprego	1,0%	1,1%	1,0%	0,9%	0,7%	0,8%	0,8%
Habituação	0,005%	0,004%	0,004%	0,003%	0,003%	0,002%	0,005%
Exclusão Social	0,1%	0,1%	0,1%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%

Fonte: INE - Estatísticas da Protecção Social

Capítulo 8 - SAÚDE

Despesas das administrações públicas em Saúde cresceram em média 12% ao ano entre 1995 e 2001, enquanto que o consumo individual das famílias em saúde cresceu, no mesmo período, a um ritmo anual de 5,3%; em 2001, as despesas públicas em saúde representavam 6,8% do PIB.

Alentejo e Regiões Autónomas com o menor número

de médicos por 100 000 habitantes.

Tuberculose tende a persistir como problema de saúde pública.

Em 2002, confirmou-se a tendência, iniciada em 2000, de diminuição dos casos diagnosticados de SIDA.

Estagnação da taxa de mortalidade infantil, que em 2002 se situava nos 5,02 por mil nados-vivos.

Profissionais de saúde

		1990	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Médicos	HM	28 016	29 902	30 431	31 087	31 758	32 498	33 233	33 751
	H	16 893	17 190	17 322	17 526	17 720	17 914	18 134	18 296
	M	11 123	12 712	13 109	13 561	14 038	14 584	15 099	15 455
Farmacêuticos*		5 438	6 781	7 334	7 505	7 797	8 056	7 590	7 962
Pessoal de saúde dentária		1 687	2 780	3 025	3 322	3 769	4 360	4 799	x
Médicos dentistas		667	1 653	1 904	2 219	2 676	3 321	3 765	4 134
Estomatologistas		645	790	784	768	765	756	744	730
Odontologistas		375	337	337	335	328	293	290	x
Pessoal de enfermagem**	HM	27 652	34 509	36 586	37 747	32 984	37 487	39 529	41 799
	H	4 964	6 120	6 458	6 750	5 600	6 679	7 174	7 713
	M	22 688	28 389	30 128	30 997	27 384	30 808	32 355	34 086

Nota: Pessoal inscrito na Ordem dos Médicos, Ordem dos Farmacêuticos, Ordem dos Enfermeiros, associações e sindicatos respectivos.

* Este total de farmacêuticos não contempla os farmacêuticos que, embora inscritos na Ordem dos Farmacêuticos, não indicaram a área e o local de actividade.

** Até 1998, inclusive, o pessoal de enfermagem refere-se ao que presta serviço nos hospitais e ou centros de saúde. A partir de 1999, inclusive, apresentam-se os dados provenientes da Ordem dos Enfermeiros, entretanto criada.

Fonte: INE - Estatísticas da Saúde

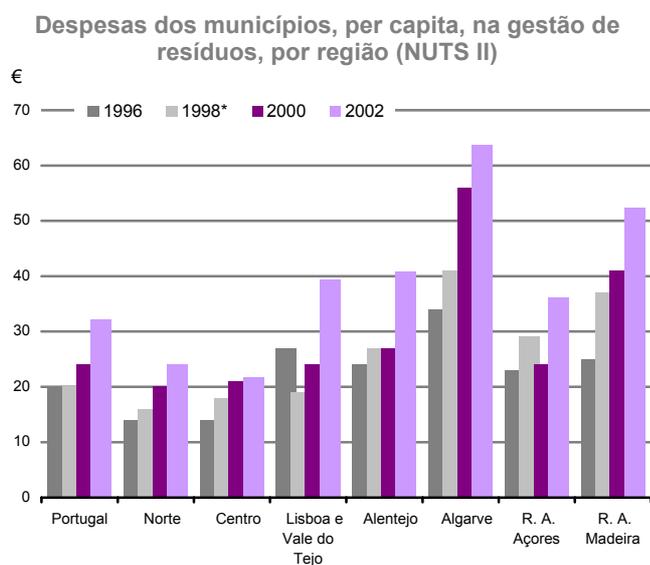
Capítulo 9 - AMBIENTE

As administrações públicas gastaram, no ano de 2002, cerca de 86 euros *per capita* em acções e medidas de protecção ambiental.

O domínio "Gestão de resíduos" absorveu a maior fatia dos recursos financeiros aplicados pela administração local no âmbito da protecção ambiental.

O número de associados das Organizações não Governamentais de Ambiente (ONGA) ascende, em 2002, aos 13 membros por cada 1000 habitantes, tendo diminuído cerca de 13% face a 2001.

Em 2002, das águas residuais produzidas e colectadas, cerca de 73% sofreram tratamento antes da sua descarga no destino final.



* A partir de 1998 os dados referem-se apenas às despesas efectuadas pelos serviços municipais das câmaras municipais, enquanto nos dados de 1996 e de 1997 estão incluídas as despesas dos serviços municipalizados de água e saneamento.

Fonte: INE - Estatísticas do Ambiente

Capítulo 10 - JUSTIÇA

O número de polícias e outros profissionais associados ao funcionamento da justiça cresceu cerca de 43% entre 1990 e 2002.

Em 2002, o número de reclusos existentes em cadeias portuguesas excedeu a respectiva lotação em aproximadamente 21%.

Os indivíduos do sexo masculino representavam cerca de 92% da população prisional.

A duração média de uma acção executiva era, em 2002, 5 meses superior à de uma acção declarativa, tendo diminuído face a 2001.

A duração média das transgressões de trabalho e das acções executivas laborais sofreu um decréscimo, respectivamente, de 2 e 1 meses entre 2001 e 2002.

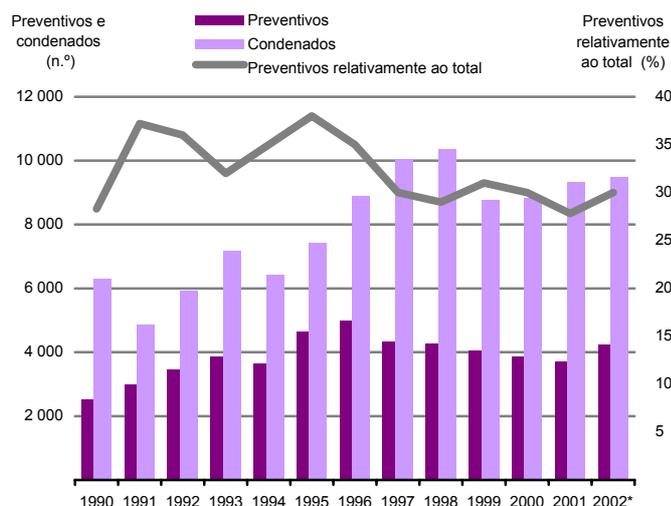
Apesar de o número de crimes contra as pessoas ter aumentado, foram os ilícitos penais contra o património que lideraram a criminalidade registada.

Continuaram a aumentar os crimes de condução com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 g/litro, registando-se, em 2002, 175 crimes por 100 000 habitantes.

Os crimes de homicídio por negligência em acidentes de viação apresentaram em 2002 um valor de 11 por 100 000 habitantes.

Crimes de furto em veículos aumentaram 14% face ao ano de 2001.

Justiça penal - reclusos existentes em estabelecimentos prisionais comuns, por situação penal



* Dados provisórios

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

Capítulo 11 - CULTURA E LAZER

As despesas das administrações públicas em cultura e lazer cresceram em média 9,3% ao ano entre 1995 e 2001; em 2001, representavam 1,2% do PIB; em 2001, cerca de metade (52%) das despesas foram efectuadas pelas câmaras municipais.

Os monumentos musealizados receberam, em 2002, cerca de 28% do total de visitantes a museus registado nesse ano; e as visitas efectuadas por grupos escolares representavam 18% do total de visitas a museus.

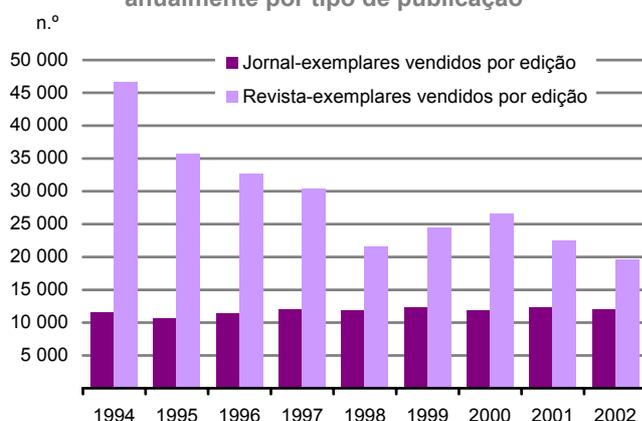
Em 2002 registaram-se quebras no número de exemplares vendidos por edição nas principais publicações periódicas, jornais e revistas de, aproximadamente, 3% e 13% respectivamente.

O número de sessões de espectáculos públicos registou um acréscimo, face a 2001, de cerca de 12% acompanhado por um crescimento de 2% no número de espectadores.

Em 2002, existiam em Portugal 1917 bibliotecas, o que corresponde a um crescimento de 49% face a 1990 e de 19% relativamente a 1995.

Aumentou o número de indivíduos com 15 e mais anos que viajou por motivo de lazer, recreio e férias com destino ao estrangeiro; no entanto, quando considerados em conjunto os destinos Portugal e estrangeiro este número diminuiu.

Publicações periódicas - exemplares vendidos anualmente por tipo de publicação



Fonte: INE - Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

Para a execução da publicação "Indicadores Sociais 2002" recorreu-se às seguintes fontes de informação:

INE - Estimativas da população residente; INE - Estatísticas demográficas; INE - Inquérito ao emprego; INE - Contas nacionais; Ministério da Educação - Estatísticas da Educação; Observatório da Ciência e do Ensino Superior (OCES); Ministério da Segurança Social e do Trabalho (MSST) - Quadros de Pessoal; MSST - Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho; INE - Estatísticas dos Transportes e Comunicações; INE - Estatísticas Monetárias e Financeiras; OCES - Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico; ANACOM; INE - Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação pelas Famílias; INE - Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados; INE - Índice de Preços no Consumidor; Banco de Portugal - Relatório Anual 2002; Direcção Geral do Tesouro; INE - Estatísticas da Protecção Social; MSST - Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade; MSST - Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde; Caixa Geral de Aposentações; INE - Estatísticas da saúde; INE - Estatísticas do ambiente; Ministério da Justiça - Estatísticas da justiça; INE - Estatísticas da cultura, desporto e recreio; INE - Inquérito à procura turística dos residentes.

De uma forma geral, toda a informação apresentada nesta publicação encontra-se disponível em vários suportes de difusão, produzidos e divulgados pelo INE, aconselhando-se a consulta do site www.ine.pt para maior detalhe e eventual actualização de alguns indicadores apresentados.